



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 25/10/2022

Chagas
Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado FABIO

NOVO

para relatar.

Em 17/11/2022

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

Antônio Henrique de Carvalho Pires
DEPUTADO ESTADUAL



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA COMISSÃO
DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 037/2022, 29 DE
NOVEMBRO DE 2022, QUE:

Aprova a indicação da **Srª Cíntia Maria do**
Nascimento Moura, para a atribuição do Título de
Cidadã Honorário Piauiense.

RELATOR: FÁBIO NÚÑEZ NOVO

Apresento, de acordo com o artigo 34, I, "a", do Regimento Interno desta Casa, parecer em que examinamos aspectos de natureza constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa atinentes ao projeto de decreto legislativo que passo a analisar.

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo nº 13 de abril de 2022, que visa a aprovação do nome da **Srª Cíntia Maria do Nascimento Moura**, para a atribuição do Título de Cidadã Honorário Piauiense.

O referido Projeto está instruído com os documentos exigidos legalmente para sua apreciação.

Esse é o relatório.

2- VOTO DO RELATOR

Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta nos artigos 61, 137 e 139 do regimento interno desta Casa, o parecer apreciador da matéria deve obedecer a exigências intrínsecas e indispensáveis à edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência dentre outras.

No tocante à competência da proposição, ela se enquadra no dispositivo constitucional do artigo 63, inciso VIII, da Constituição do Estado do Piauí, com a redação conferida pela emenda Constitucional nº 17 de 17.12.2001.

Quanto à tramitação, a proposta sob análise preenche os requisitos inseridos no artigo 221, incisos I, V, VII e VIII do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Com relação à capacidade técnica do agente indicado para a titularidade de Cidadã Honorário Piauiense, observa-se que seu currículo em anexo contempla capacidade técnica e experiência apta para tal atribuição.

O referido Projeto está instruído com os documentos exigidos legalmente para sua apreciação. Não existindo, portanto, impedimento de ordem constitucional, legal ou regimental à sua tramitação.

Vale ressaltar que a análise a nível de Comissão de Constituição e Justiça não se alonga por critérios de conveniência, mérito ou mesmo oportunidade nas proposições a ela submetidas, mas tão somente à eventual existência de óbices de natureza inconstitucional, antijurídico, vícios de iniciativa e até mesmo de técnica na edição de normas, ficando a cargo das comissões especiais a verificação daqueles critérios.

Por todo o exposto, **manifesto-me favoravelmente à sua aprovação.**

3- PARECER DA COMISSÃO

Apresentado o parecer, submeto fi apreciação dessa comissão. Em discussão, em votação:

a) Pela aprovação (x)

b) Pela rejeição ()

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Teresina, 29 de Novembro de 2022.

Fábio Núñez Novo

fr

Deputado Fábio Núñez Novo
Relator

